

## 1987

A UNESCO aprova Resoluções, em 1987 e 1989, adota diretrizes para um vocabulário que se refira explicitamente à mulher e diz que os Estados-Membros devem zelar pelo respeito das mesmas em todas as comunicações, publicações e documentos da Organização.

## 1990

O Conselho da Europa aprova uma Recomendação aos Estados-Membros no sentido do emprego de uma linguagem que reflita o princípio da igualdade entre os

## 2006

Em Portugal, o Regimento do Conselho de Ministros incluiu, nas regras de legística na elaboração de atos normativos pelo XVII Governo Constitucional, a utilização de uma linguagem não discriminatória de forma a “neutralizar-se ou minimizar-se a especificação do género através do emprego de formas inclusivas ou neutras”.

## 2007

O Conselho da Europa considera “a promoção de uma linguagem que reflita o princípio da igualdade de género” como uma das seis Normas Gerais a seguir pelos Estados-Membros.

## 2013

É publicado em Diário da República o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (que está em vigor até 2017).

## 2016-2020

I Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

## 2018-2021

Plano de Ação da Violência Interpessoal.

## 2018-2030

Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação.

## 2021-2025

II Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

# LINGUAGEM INCLUSIVA

## O QUE É A LINGUAGEM INCLUSIVA?

A linguagem inclusiva é uma opção de linguagem que tem como objetivo desconstruir a ideia do masculino como universal, promovendo a igualdade de género e a inclusão.

### 3. NEUTRALIZAÇÃO OU ABSTRAÇÃO DA REFERÊNCIA SEXUAL

#### OPÇÃO POR NOMES COM UM SÓ GÉNERO GRAMATICAL

utilizar:

A pessoa que requer  
As pessoas interessadas

em vez de:

O requerente  
Os interessados

#### OPÇÃO POR NOMES COLETIVOS

utilizar:

A gerência  
A direção  
O pessoal da limpeza

em vez de:

O gerente  
O diretor  
As empregadas da limpeza

#### SUBSTITUIR A REFERÊNCIA ÀS PESSOAS PELA FUNÇÃO, ÓRGÃO OU ENTIDADE

utilizar:

À presidência do Conselho Diretivo  
À Direção-Geral

em vez de:

Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Diretivo  
Ex.mo Senhor Diretor-Geral

#### ELIMINAÇÃO DO ARTIGO

utilizar:

Requerente  
Utente

em vez de:

O requerente  
O utente

#### SUBSTITUIÇÃO DE NOMES POR PRONOMES INVARIÁVEIS

utilizar:

Quem requer deve...  
Se alguém requerer deve...

em vez de:

Os requerentes devem...

#### OUTROS EXEMPLOS

utilizar:

Filiação  
Data de nascimento  
Local de nascimento

em vez de:

Filho de...  
nascido  
nascido em...

## RECOMENDAÇÕES PARA UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

### 1. UTILIZAÇÃO DE FORMAS DUPLAS

utilizar:

pai e mãe  
filha(s) e/ou filho(s)  
enteados e/ou enteadas  
avó e avô  
trabalhadores e trabalhadoras estrangeiras ou trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros  
o pai solteiro ou a mãe solteira

em vez de:

pais  
filhos  
enteados  
avós  
trabalhadores estrangeiros

o pai ou a mãe solteiros

### 2. EMPREGO DE BARRAS

o/a doente

o/a requerente

A/O Presidente

Os/As Estudantes

O/A Titular

O/A Contribuinte

A/O Cliente

o/a chefe de secção

as/os descendentes

a/o cidadã/o

o/a monitor/a

o/a condutor/a

o/a examinador/a

o/a comprador/a

o/a diretor/a

o/a beneficiário/a

a/o funcionária/o

o/a aposentado/a

a/o médica/o

a/o aluna/o

o/a descendente portador/a

com deficiência

A/O(s) utente(s)

O/A(s) titular(es)

# UM CONCELHO PARA TODOS!

Os princípios do respeito pela dignidade das pessoas, da igualdade, da não discriminação e do respeito pela diversidade são a base de uma sociedade inclusiva. No Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) elaborado pelo Município de Vila Nova de Famalicão encontramos um conjunto de medidas estruturantes que a autarquia quer implementar para sensibilizar a comunidade para a importância das questões relacionadas com a igualdade e não discriminação, para a eliminação de estereótipos no processo de desenvolvimento local e para a integração da dimensão do género em todas as políticas, programas e projetos de forma a incentivar a cidadania e uma participação social equilibrada.

Nesta matéria, a comunicação institucional e a linguagem utilizada pelos serviços públicos assumem uma enorme importância.

A defesa e promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária começa numa linguagem e numa comunicação que reforce e consolide a equidade e a paridade.

É esse o objetivo deste Guia de Linguagem Inclusiva e das suas indicações, para as quais peço a maior atenção dos funcionários e das funcionárias do município, nomeadamente no atendimento ao público e nas comunicações institucionais realizadas.

A língua pode desencadear mudanças na sociedade e a mudança que queremos ver começa aqui!

Mário Passos

Presidente da Câmara Municipal

